



**“DO SEGREDO AO ACESSO”:  
ENTRE A CUSTÓDIA DOCUMENTAL E A GESTÃO DA  
INFORMAÇÃO À LUZ DOS PARADIGMAS  
ARQUIVÍSTICOS**

**Juliana Ferreira Marques**

Mestre em Gestão nas Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Assessora de Comunicação da Universidade Estadual da Paraíba, Brasil.

E-mail: [julifmarques@gmail.com](mailto:julifmarques@gmail.com)

**José Washington de Morais Medeiros**

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.  
Professor do Instituto Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: [washi\\_med@yahoo.com.br](mailto:washi_med@yahoo.com.br)

**Resumo**

Em um contexto de evolução científico-tecnológica, em que a informação e a comunicação reconfiguram as relações entre sujeitos e organizações que têm, cada vez mais, migrado para a esfera das redes, campos do conhecimento estão (re)definindo fundamentos sobre seu objeto de estudo. Alicerçada em bases memorialísticas, a Arquivologia subsidiou-se na “guarda”, cujo relevo historicista desdobra tendências, modelos e atividades de tratamento documental, substanciado por um paradigma conhecido como “histórico-custodial”. Com o hiperdesenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), desdobradas pela convergência midiática nessa fase da sociedade em rede, a Arquivologia também se pauta em outro parâmetro de reflexão e atuação: o da gestão arquivística, cujo processo político desdobra tendências, modelos e atividades de acesso à informação, subsidiados por um paradigma conhecido como “pós-custodial”. Devido a essas duas perspectivas que coexistem no território da Arquivística contemporânea e dividem opiniões, esta pesquisa promoveu um diálogo sobre a relação dualista entre os dois paradigmas, estabelecida ao longo do processo de desenvolvimento histórico da Arquivologia, e apresentou considerações sobre o fortalecimento de uma episteme que reforce os horizontes da Arquivologia, na perspectiva de um conhecimento científico transdisciplinar e autônomo. Trata-se de uma pesquisa teórico-exploratória e de abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Paradigmas. Custódia documental. Gestão da Informação.

**“FROM THE SECRECY TO THE ACCESS”:  
BETWEEN THE DOCUMENTARY CUSTODY AND THE INFORMATION MANAGEMENT IN  
ACCORDANCE WITH THE ARCHIVAL PARADIGMS**

**Abstract**

*In a context of scientific-technological evolution, in which information and communication reset the relations between subjects and organizations that have been increasingly migrating to the sphere of networks, knowledge fields are (re)defining the fundamental elements of their study objects. Founded in memorialist bases, Archivology was subsidized in “guard”, whose historicist prominence unfolds tendencies, models and activities of documentary treatment, powered by a paradigm knew as “historic-custodial”. With the hyperdevelopment of the Digital Technologies of Information and Communication (TDIC), unfolded by the media convergence in this phase of network society, Archivology is also based on other parameter of reflection and operation: the archival management, whose political process unfolds tendencies, models and access to information activities, subsidized by a paradigm knew as “post-*

*custodial". From these two perspectives which coexist in the territory of contemporary archivology and divide opinions, this research has aimed to set a dialogue about the dualist relation between them, established throughout the process of historical development of Archivology, besides presenting considerations about the strengthening of an episteme that reinforces the horizons of Archivology as a transdisciplinary and autonomous scientific knowledge. It is a theoretical-explanatory research with a qualitative approach.*

**Keywords:** Archivology. Paradigms. Documentary custody. Information management.

## 1 INTRODUÇÃO

Mediadora da cultura digital, identificada pela supremacia da ciência e da tecnologia, da cognição e do conhecimento, a sociedade em rede demanda parâmetros e ações diversificados e significativos para os processos sociais e vem descortinando novas perspectivas de produção, acesso, busca, recuperação e uso da informação, independentemente do suporte. Nesse aspecto, no cenário das primeiras décadas do Século XXI, a sociedade em rede é mais informativo-documental do que em qualquer outra fase da história da civilização humana.

O tempo das redes, da informação, do conhecimento e da cognição possibilita que se ressignifiquem mais rapidamente as estruturas do pensamento, os processos de aprendizagem, os afetos, o trabalho e as relações culturais da vida, impõe suas marcas à formação/ empregabilidade, é compelido pelo mercado e suas múltiplas articulações e nuances e, ao mesmo tempo, influencia-o.

No contexto das organizações, cada dia mais, o mercado de trabalho exige profissionais mais bem qualificados, cujas competências, habilidades e atitudes fomentem práticas de gestão balizadas por princípios e fundamentos teóricos articulados às mudanças atuais e condizentes com a nova ordem social da cultura planetária. Não é difícil supor que, na conjuntura social contemporânea, não basta simplesmente absorver os domínios do conhecimento técnico, é preciso tomar atitudes decisórias de gestão e de mudanças, oportunizadas pela reflexão, pela crítica e pela reconstrução dos significados da informação e do conhecimento sobre as práticas profissionais e a vida cotidiana.

É nesse cenário ambivalente e sobremaneira desafiador para a formação humana que a formação/profissionalização em Arquivologia vem se tornando mais importante, sobretudo a partir do ano 2000, com a implantação do projeto e das políticas de consolidação da Sociedade da Informação no Brasil, matizadas pelo Livro Verde (TAKAHASHI, 2000), que considera as profundas mudanças que o potencial transformador da sociedade da informação traria para os mais variados segmentos socioculturais e político-econômicos que instituem a realidade social. Enquanto isso, influenciada por campos do saber, como a História, a Administração, o Direito e a Ciência da Informação, principalmente, a tradição do ensino e das práticas em Arquivologia consolidou-se a partir de uma natureza técnico-funcional ou pragmatista que caracterizou o perfil da área – da formação à profissionalização.

Silva (2013) refere que o saber arquivístico esteve “enclausurado” em um modelo funcional de agir instrumental que perpassou todo o Século XIX e chegou à contemporaneidade. “Em Arquivologia, a lógica do agir instrumental obstrui o caráter do campo como ciência, quando, na verdade, desdobra-se mais como técnica na dimensão de seus princípios e fundamentos mais característicos” (SILVA, 2013, p. 18).

A Arquivologia é definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 37) como a “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e as técnicas a serem observados na produção, na organização, na guarda, na preservação e na utilização dos

arquivos. Também chamada de Arquivística [...]", podemos dizer que, atualmente, a Arquivologia vive uma fase de autoafirmação como ciência, sem deixar de lado as especificidades que a identificam como disciplina ou saber técnico.

Considerando os subsídios ou as bases epistemológicas mais consistentes que configurem sua autonomia como ciência e fundamentem seus processos e diretrizes, a Arquivologia tradicional propaga-se amparada muito mais por regras, normas e manuais voltados para a perspectiva de custódia ou guarda e associados ao registro documental. Isso reforça o domínio de um modelo de pensar-agir amplamente reconhecido na área como "paradigma custodial". Porém, as transformações socioculturais, político-econômicas e tecnológicas, que marcam as estruturas da sociedade contemporânea, provocam uma ressignificação da Arquivologia e evidenciam o surgimento de outro modelo de pensar-agir, reconhecido como "paradigma pós-custodial", que "vislumbra" a Arquivística como um sistema informacional dinâmico, autogerado e gerido por uma lógica muito mais preocupada com o acesso e o uso do que com a simples organização e guarda (custódia).

Em termos teórico-práticos e profissionais, os paradigmas custodial e pós-custodial são dois grandes modelos que coexistem no contexto das organizações contemporâneas. Portanto, podemos dizer que tais paradigmas oportunizam a discussão e, ao mesmo tempo, marcam os limites entre o caráter científico e o pragmático, que entendem a Arquivologia como um processo formativo (voltado para a profissão) e como área do conhecimento (que visa fortalecer seus fundamentos, suas características e suas responsabilidades sobre seu objeto). Assim, no epicentro desse debate, buscamos atinar horizontes de reflexão amparados pela seguinte questão: como as manifestações dos paradigmas arquivísticos impactam a formação e a prática profissional da Arquivologia na atualidade?

## 2 FASES E PARADIGMAS: O LEGADO IDENTITÁRIO DA ARQUIVOLOGIA

De acordo com Kuhn (1991), paradigmas são modelos ou realizações científicas universalmente reconhecidos que, durante algum tempo, podem causar problemas para uma comunidade de praticantes de uma ciência e encontrar as soluções. Trata-se de uma rede de compromissos ou adesões conceituais, teóricas, metodológicas e instrumentais que são compartilhados independentemente de regras externas.

Para Fourez (1995), paradigma é o conjunto de padrões por meio dos quais se observa, teoriza e incita a investigação durante determinado tempo, que podem influenciar o surgimento de problemas e de soluções para uma comunidade científica, com modelos explicativos de uma disciplina científica na fase de seu desenvolvimento, e definir seus fundamentos. Esse autor (1995) divide o processo histórico de desenvolvimento de uma disciplina em três fases: a fase pré-paradigmática, a paradigmática e o período pós-paradigmático. A fase pré-paradigmática é aquela em que as práticas da disciplina e a presença da comunidade científica não estão bem definidas e existe por causa das necessidades impostas pelas demandas sociais. Partindo dessa perspectiva, na Arquivística, podemos destacar o período pré-paradigmático como a fase que vai do fim do Século XVIII – depois da Revolução Francesa, quando (FONSECA, 2005) surgiu o primeiro Arquivo Nacional - até meados de 1940.

De acordo com Reis (2006), embora, bem antes desse período, já existissem os documentos e os primórdios do que poderíamos chamar de arquivos - os sumérios, um dos povos que faziam parte da Mesopotâmia, desenvolveram algumas técnicas aplicadas à conservação de documentos - foi só a partir do Século XVII que a Arquivologia começou a se desenvolver e aplicar princípios e técnicas nos conjuntos documentais (SILVA et al, 1999).

Na obra, 'A diplomática dos arquivos', de Jean Mabillon, de 1681, estão dispostos alguns procedimentos da diplomática aplicados aos arquivos que eram utilizados para dar

valor histórico aos documentos e “os primeiros elementos da doutrina arquivística” (FONSECA, 2005, p. 31). Silva et al. (1999) asseveram que, depois da Revolução Francesa, com o surgimento do primeiro Arquivo Nacional, em 1790, os arquivos deixaram de ser considerados apenas como instituições privadas ou objetos de posse que indicavam poder e passaram a ser concebidos como entes públicos, que serviam, primordialmente, à Administração, e começaram a ser utilizados como grandes depósitos de papel, com o fim de se recolher toda a documentação advinda de vários setores diferentes e de abrigar grandes coleções, o que reforçou o caráter custodial dessas instituições.

Fonseca (2005) afirma, no entanto, que a maioria dos autores considera a publicação, no final do Século XIX, do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, de Samuel Miller, Johan Feith e Robert Fruin - documento que ficou conhecido como o Manual dos Arquivistas Holandeses - como um marco para o estabelecimento de uma disciplina arquivística como campo do conhecimento autônomo. O documento reúne regras básicas para o estudo da organização de arquivos.

Embora seja considerado um marco para o desenvolvimento da Arquivologia e a primeira obra que propõe um estudo conceitual dos princípios arquivísticos, o Manual é concebido mais como uma normalização e regulação da prática com os arquivos do que como uma teoria científica propriamente dita. Um dos princípios abordados no Manual é o da proveniência ou do respeito aos fundos, que, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), é o princípio básico da Arquivologia, segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado com o de outras entidades produtoras. Bellotto (2002, p. 20) refere que o princípio da proveniência “fixa a identidade do documento, relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos”.

Rousseau e Couture (1998) afirmam que o princípio da proveniência foi criado pelo historiador francês, Natalis de Wailly, em 1841, que elaborou uma circular promulgando que, dali em diante, os documentos que provinham de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo deveriam ser agrupados, e não, misturados com outros. A partir de então, alguns países utilizaram essa premissa em seus arquivos, mas, só em 1964, no quinto Congresso Internacional dos Arquivos, realizado em Paris, foi que o princípio de respeito aos fundos foi consagrado internacionalmente (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

O princípio da ordem original ou da ordem interna consiste em “respeitar a ordem estrita em que os documentos vieram da repartição de origem, na sequência original de séries, mesmo que deturpada pelas baixas decorrentes da execução de tabelas de temporalidade” (BELLOTTO, 2006, p. 131). Há, ainda, o princípio da territorialidade ou de proveniência territorial. Trata-se de um “conceito derivado do princípio da proveniência, segundo o qual os arquivos deveriam ser conservados em serviços de arquivo do território onde foram produzidos, com exceção dos documentos elaborados pelas representações diplomáticas ou resultantes de operações militares” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

O princípio da indivisibilidade ou integridade, segundo Bellotto (2002), prevê que os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Esse princípio também é derivado da proveniência. Esse autor (2002) apresenta, também, os princípios da cumulatividade ou naturalidade e da organicidade, que são características presentes no arquivo como entidade de custódia documental, e a imparcialidade, a autenticidade e a unicidade, identificadas em seus documentos.

Ainda segundo Bellotto (2002), o princípio da organicidade prevê a manutenção da relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora. O princípio da cumulatividade ou naturalidade preconiza que o arquivo é uma formação progressiva, natural e orgânica, que se caracteriza pela acumulação de documentos.

O princípio da unicidade reconhece que “cada documento assume um lugar único na estrutura documental do conjunto (indissolúvel) ao qual pertence” (BELLOTTO, 2002, p.25). A autenticidade é uma consequência diretamente ligada ao princípio da imparcialidade e refere-se à veracidade do conteúdo de um documento de arquivo como prova perante a lei, ou seja, “está ligada aos documentos criados dentro dos procedimentos regulares estabelecidos pelo direito administrativo” (BELLOTTO, 2002, p. 25). É importante ressaltar que todos esses princípios já abordados - ordem original, territorialidade, integridade, organicidade, unicidade, imparcialidade e autenticidade – relacionam-se ao princípio da proveniência.

Os anos seguintes à criação e à implementação desses princípios são chamados por Fourez (1995) de fase paradigmática, que, de acordo com a delimitação proposta por Schmidt (2012), teve início em meados de 1940, no período pós-Segunda Guerra Mundial, e durou até a década de 1980, quando a Arquivologia já havia se constituído como disciplina, os conceitos já estavam estabelecidos e poderiam ser operados e capazes de propor soluções para problemas de ordem prática. “Trata-se do momento que estamos considerando como da Arquivologia Moderna, dos trabalhos de Theodore Roosevelt Schellemborg, da efetivação universitária da disciplina, da criação de um Conselho Universitário de Arquivos e o desenvolvimento de teorias como a das Três Idades” (SCHMIDT, 2012, p. 60).

Nessa fase, consolidou-se o paradigma custodial, cujo objeto de estudo e prática profissional arquivística é o documento, que passou a ser considerado sob a perspectiva de registro histórico e material de posse. Na década de 1980, com o surgimento de novas formas de se produzirem documentos e o desenvolvimento de tecnologias da informação, os conceitos e os princípios arquivísticos postulados nos antigos manuais da área tiveram de ser repensados. Esse período pode ser identificado com o que Fourez (1995) chama de fase pós-paradigmática, em que, devido às mudanças ocorridas relacionadas à gestão de documentos, a área questionava suas problemáticas a partir de elementos que giravam em torno do documento de arquivo em suporte físico. Nessa época, de acordo com Schmidt (2012), houve uma ruptura de paradigmas, e três correntes emergiram na Arquivologia:

a) A arquivística integrada, enunciada pela Escola Canadense de Québec, que propõe a reintegração da disciplina por meio do ciclo vital dos documentos e uma possível aproximação com a Ciência da Informação;

b) A arquivística funcional, enunciada por Cook (2002), que propõe uma renovação e reformulação dos princípios e dos conceitos originais da disciplina, e adotou a corrente pós-moderna como pano de fundo;

c) A diplomática arquivística, que, segundo Schmidt (2012), foi enunciada, primeiramente, na Itália por Paola Carucci, mas desenvolvida e reformulada na América do Norte por Luciana Duranti, que busca, por meio do estudo da Diplomática, estabelecer critérios para a crítica textual dos documentos e garantir ao método diplomático um posto fundamental na arquivística contemporânea.

Essas três correntes exercem uma grande influência na construção de um pensamento arquivístico global, e o diálogo entre elas contribui para as expressões da arquivística contemporânea, sobretudo quando o esforço é para se amparar nos fundamentos atinentes ao paradigma “pós-custodial”.

### **3 ENTRE O DOCUMENTO E A INFORMAÇÃO: AS RUPTURAS DO PARADIGMA PÓS-CUSTODIAL**

Uma das grandes mudanças em relação à Arquivologia dessa fase atual da modernidade é a (re)significação de sua imagem voltada para seus desafios. Trata-se de um processo lento e natural, que enfrenta resistências das forças da tradição, mas que inevitavelmente a conduzirá à própria autocrítica em relação à sua natureza, suas tendências predominantemente histórico-tecnicistas e as possibilidades de compreender e de,

constantemente, (re)conceber seu objeto (documento/informação). Medeiros e Fidelis (2013, p. 139) apontam para essa perspectiva:

Nos fundamentos mais tradicionais da Arquivologia, como, por exemplo, a arquivística clássica ou custodial, a informação aparece como coadjuvante do documento de arquivo, haja vista que o foco das atenções conceituais e do tratamento empírico recai muito mais para o suporte do que para o conteúdo. [...] Embora passando por eventuais revisões conceituais, essa ciência sinaliza que é regida pelas convenções de uma tradição muito mais técnica do que atendida com as reflexões da informação como categoria além dos domínios instrumentais do mundo sistêmico.

Fonseca (2005, p. 10) assevera que a informação não tem sido considerada objeto privilegiado da Arquivologia, mas essa realidade vem sendo modificada, principalmente, por meio dos estudos e das práticas arquivísticas desenvolvidos no cenário internacional:

Os arquivos e os documentos que os constituem; as instituições arquivísticas, espaço privilegiado e regulatório das intervenções feitas nesses conjuntos; os arquivistas, profissionais formalmente habilitados a estabelecer essas intervenções, têm sido os principais objetos de interesse da arquivologia. Índícios de uma possível renovação desse pensamento hegemônico têm surgido no panorama arquivístico internacional.

Devido às demandas geradas pela Sociedade Informacional, também denominada de Sociedade em rede, em que percebemos uma “revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação que começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado” (CASTELLS, 1999, p. 39), a arquivística contemporânea precisa repensar seus moldes, conforme evidencia Jardim (1999, p. 32):

A partir dos anos 80, a comunidade arquivística internacional tem-se confrontado sistematicamente com as diversas implicações para a arquivologia daquilo que já se convencionou chamar de sociedade da informação. Nesse quadro histórico, é ressaltada a emergência de novas tecnologias da informação, de crescente uso social, produzindo novos paradigmas de processo decisório, poder central e local, registro e acesso à informação.

Associada, então, aos princípios paradigmáticos e ao fenômeno da “explosão documental” (esta última iniciou no pós-guerra), a sociedade em rede requer da Arquivologia a (re)configuração de seu pensar-agir, no sentido de entender as complexidades dos tempos atuais, porque as áreas que transversalizam diálogos com a Arquivística, como a Administração, o Direito e a História, por exemplo, além de outras, estão sofrendo significativas (trans)formações, até mesmo em suas epistemologias.

Assim, por causa da nova ordem planetária de uma sociedade tecnológico-informacional em constante evolução, os arquivos digitais (da produção ao tratamento e à representação da informação) estão a interpelar a Arquivologia, desafiando sua tradição e exigindo que descortine, em seus próprios horizontes, formas de compreender/interpretar o mundo documentado/documental, que diz respeito às limitações, aos atributos, à visão, à missão, às dificuldades e às estratégias das organizações.

Com o passar do tempo e as novas compreensões que surgem à luz da informação, os arquivos abrem-se para os contornos de um tempo em que a Arquivologia não pode

desprivilegiar as perspectivas oportunas dos fundamentos pós-custodiais e suas potenciais adesões à realidade digital da cultura tecnológico-informacional. Além disso, dificilmente se poderia entender um novo perfil de sujeito que, na sociedade em rede, manifesta-se em grandes demandas e proporções: o usuário remoto<sup>1</sup>.

No contexto da administração e dos processos de gestão das decisões coletivas, que ocorrem por intermédio das tecnologias emergentes e das máquinas inteligentes, houve repercussões no conhecimento e nas práticas arquivísticas. Esses desdobramentos, provenientes das demandas da sociedade da informação, fizeram surgir, segundo Fonseca (2005), no Canadá, no início da década de 1990, em contraposição ao pensamento arquivístico custodial, a chamada “era pós-custodial”, que provocou uma mudança do paradigma histórico-tecnista para o científico-informacional, em que o objeto da Arquivística deixou de ser o documento e passou a ser a informação.

Essa perspectiva contemporânea da Arquivologia reverbera transformações em todo o cerne desse campo e enseja uma readequação da formação e dos cursos de educação superior.

O arquivista hoje não pode esquecer que vive e atua profissionalmente na chamada ‘era da informação’, na qual as tecnologias da informação e da comunicação têm presença marcante. Os novos suportes documentais com os quais terá de lidar exigem conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização, conservação física especiais. São fatores novos, sobre os quais os arquivistas passaram agora a ser instruídos e treinados, não obstante correrem o risco de, em virtude do vertiginoso crescimento das possibilidades da eletrônica nas áreas documentais, nunca conseguirem abarcar a plenitude desses conhecimentos tão mutáveis e dependentes de equipamentos tão rapidamente tornados obsoletos. (BELLOTTO, 2006, p. 299).

Situados no cerne da sociedade informacional, os arquivistas devem ter uma formação situada nas particularidades da informação arquivística digital, também coordenada pelo ideário da pós-custódia. No seio de tal prospecção, surgem alguns desafios:

- a) Fomentar competências arquivísticas para corresponder às complexidades das organizações e suas Massas Documentais Acumuladas (MDA), sejam como arquivos físicos ou digitais;
- b) Propiciar bases teóricas significativas para correlacionar políticas, gestão, ética, técnica e responsabilidade socioambiental nos horizontes da Arquivologia do Século XXI;
- c) Pensar em atitudes arquivísticas para além da tradição do “segredo”<sup>2</sup> e em prol das oportunidades do “acesso” pelo usuário, incluindo o remoto.

### **3.1 O papel do arquivista no cenário pós-custodial: guardião de documentos ou gestor da informação?**

No aspecto profissional, das articulações do paradigma custodial para a perspectiva pós-custodial, o papel do arquivista ganha sobressaltos que o posicionam numa direção em que ele

---

<sup>1</sup>Termo utilizado para definir o usuário que acessa os centros de informação (arquivos, bibliotecas, museus, memoriais) de forma virtual.

<sup>2</sup>De acordo com Cepik (2003), segredo é uma forma de regulação pública dos fluxos de informações. Nesse caso, está relacionado a uma lógica histórica estabelecida que não permite o acesso a documentos, mesmo quando eles não estão caracterizado legalmente como sigilosos.

deixa de ser um mero guardião de documentos e assume sua missão como partícipe do processo de gestão nas políticas de informação das organizações e na sociedade.

Silva (2013) assevera que é imprescindível que os profissionais arquivistas contemporâneos reconstruam “*estilhaços*” deixados pelo agir funcional e instrumental. De acordo com o autor, o caminho para que isso ocorra pode estar na formação continuada e na adaptação dos conteúdos dos Cursos de Arquivologia no Brasil, que devem ser repensados para se adequarem às tendências e aos modelos tecnológicos da atualidade. Assim, embora o surgimento e a posterior ruptura de paradigmas sejam processos que ocorrem naturalmente e são importantes para o desenvolvimento e a adequação do saber arquivístico às novas demandas que se processam no cenário organizacional e no acadêmico, devido às dificuldades e aos desafios enfrentados pela Arquivologia na atualidade, o acirramento de disputas entre modelos deve ficar em segundo plano.

Outrossim, o arquivista não pode abrir mão das técnicas de organização/ordenamento e de guarda documental, tampouco pode descartar as necessidades de se criarem políticas que convirjam para a gestão estratégica dos documentos e o acesso livre e irrestrito à informação a quem lhe couber o direito. Lopes (2013) lembra que predomina no Brasil a figura do ‘arquivista prático’, que aprende reproduzindo práticas administrativas e técnicas preexistentes, calcadas no senso comum próprio da tradição oral, ou em manuais técnicos sem maiores fundamentações.

Isto posto, não se trata de desconsiderar o conhecimento empírico construído até o presente, mas, permitir que a Arquivologia, aponte para novas direções, relacionadas às demandas sociais, culturais e tecnológicas da contemporaneidade. Essa mudança de rumos pode ser conquistada com o empoderamento e a base que o conhecimento, autônomo e interdisciplinar, permite aos sujeitos.

Nesse aspecto, no que se refere aos arquivos e aos arquivistas, ainda há um longo caminho a percorrer para o reconhecimento profissional, para as conquistas do lugar do arquivo como unidade de informação, e, conseqüentemente, ruptura de paradigmas relacionados à formação profissional.

Ao analisar-se a descrição do arquivista no Código Brasileiro de Ocupação (CBO) (2016) percebe-se a forte influência do paradigma custodial, pois a norma define o arquivista como administrador de arquivos, encarregado de serviço de arquivo médico e estatística, especialista em documentação arquivística, especialista em organização de arquivos, gestor de documentos.

Ademais, a Lei 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo, reforça essa tendência quando apresenta as atribuições dos arquivistas:

Planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;



desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.  
(BRASIL, 1978, art. 2)

Com um perfil profissional efetivamente vinculado à imagem de guardião de documentos, perfil que é referendado pela legislação nacional, não se pode censurar os reflexos que surgem nas várias instâncias da sociedade, sobretudo na indústria cultural, instituições e no que Habermas (2003) denomina de “esfera pública”, ou seja, no espaço onde as pessoas podem construir discursos autônomos e críticos, quer seja presencialmente ou virtualmente.

Essa realidade é retratada, inclusive, em obras de ficção, como a de Costa e Lima (2012), que, entre outras produções audiovisuais, como ‘Do que as mulheres gostam’, ‘Eurotrip’, ‘Max Payne’, ‘Indiana Jones’, ‘National Treasure’, ‘Anjos e demônios’ e ‘Cold Case’, abordam a visão do arquivista no filme ‘Quero ser John Malkovich’. A obra retrata a desnecessária formação acadêmica em Arquivologia para o trabalho no arquivo de uma empresa e reforça que só é necessário dominar a técnica. Mostra, ainda, que, para exercer o cargo de arquivista, só é necessário competência para arquivar documentos. O enredo deixa claro que Craig (o personagem principal) só trabalha no arquivo por necessidade e mostra seu descontentamento e a expressão de desilusão e de fracasso.

O filme “O anti-herói americano” narra a história de Harvey Pekar, arquivista mal-humorado, que não se preocupa com sua aparência e reclama constantemente de tudo, principalmente das atividades que desempenha no arquivo, e reforça que o arquivo é considerado um lugar de coisas velhas. A série brasileira “Os ASPONES” mostra uma caricatura dos órgãos públicos brasileiros, baseada no mais antigo clichê do funcionalismo público: sujeitos acomodados, desestimulados, ociosos e aptos a fazer qualquer tipo de tarefa que não aquelas para que foram designados. A minissérie deixa claro que entende o servidor público, o arquivista e o próprio arquivo como entidades que exercem atribuições sem qualquer utilidade para a sociedade.

Tais produções reforçam estereótipos relacionados à desvalorização da formação e do trabalho do arquivista e a (in)visibilidade do arquivo, que, muitas vezes, é representado como “morto”, como depósito e/ou espaço de punição, para onde são removidos servidores causadores de conflitos. Possivelmente, essa lógica estabelecida deve-se a uma cultura arraigada, que fez com que os arquivos passassem a ser considerados como depósitos de documentos e que, para manuseá-los, bastaria uma formação técnica. Nesse aspecto, o surgimento dos cursos universitários na área<sup>3</sup> já representa um avanço no combate a esse pensamento, porquanto visam despertar nos aprendentes o pensamento crítico, possibilitar uma formação cidadã e atender às demandas sociais.

Desde o surgimento dos cursos universitários de Arquivologia, tanto o conceito quanto a função das universidades têm se modificado. Um aspecto marcante é que parte das grandes questões e lutas sociais empreendidas no contexto da atualidade surgem e se fortalecem com o respaldo dos sujeitos que, amparados pelo conhecimento adquirido na formação, têm mais possibilidades de questionar práticas e construir uma sociedade que consiga romper com a lógica linear e a tecnicista predominantes.

Convém enfatizar que ainda há deficiências na formação arquivística, conforme afirmam Lima e Pedrazzi (2015), que entendem que é preciso revisar alguns aspectos da formação e da capacitação profissional e acompanhar a evolução das tecnologias por meio dos processos educativos. Medeiros e Fidelis (2013, p.140) evidenciam essa limitação na formação do arquivista e apontam para algumas carências, quando refletem que o arquivista “é muito mais

---

<sup>3</sup> De acordo com informações retiradas do endereço eletrônico do Conarq (BRASIL, 2017), atualmente, o Brasil conta com 16 Cursos de Graduação em Arquivologia.

preparado para manipular o documento (a mecânica da técnica) do que a informação (a lógica de sua complexidade social); para transferir sentidos, do que para dialogar sobre as necessidades dos usuários; para distribuir, em vez de socializar; para absorver, em vez de refletir”.

No que se refere à formação de profissionais da informação no Brasil, as estruturas curriculares dos cursos, a capacitação de docentes e os recursos didático-pedagógicos precisam adaptar-se, no seio das ciências sociais aplicadas, às lógicas das redes. Para isso, é necessário criar um espaço crítico, articulado às possibilidades que surgem com as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), e às demandas do que Habermas (1993) chama de “mundo da vida”<sup>4</sup>, ou seja, os espaços de evolução social:

Como horizonte inspirador e agregador de sentimentos, o MV [Mundo da Vida] “derrama-se” nos sonhos e na perspectiva de mudanças íntimas e amplas. [...] nele, os sujeitos dirigentes escrevem a história de seu próprio destino. Familiar ao contexto, o MV possibilita o entendimento sobre os interesses comuns, seja no mundo exterior natural (mundo objetivo), no exterior contextual (mundo social) ou no interior do ego (mundo subjetivo). O conceito de mundo vivido não se prende somente às esferas da cultura, mas passa a abarcar a natureza institucionalizada das sociedades e das personalidades, tornando-se abstrato (MEDEIROS; FIDELIS, 2013, p. 135).

Isto posto, é necessário o entendimento do papel preponderante da informação para a emancipação e consolidação da democracia na esfera pública e a construção e/ou atualização do conhecimento balizado pelos ideais do mundo da vida, o que permite uma ressignificação dos saberes e fazeres, tornando-os mais condizentes com as demandas requeridas pela sociedade em rede.

No âmbito da Arquivologia, por ser uma área que, historicamente, sofreu influência de outros campos do saber, como a Diplomática, a História e a Paleografia, vivencia-se uma dualidade quanto ao papel do arquivista diante das demandas da sociedade. Com o advento da era pós-custodial<sup>5</sup>, a mudança do paradigma histórico-tecnicista para o científico-informacional, em que a arquivística direciona o olhar para o documento e evidencia a informação e suas demandas na sociedade, a formação em Arquivologia também não pode deixar de contemplar tal perspectiva nos vieses dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

A partir dos anos 80, a comunidade arquivística internacional tem-se confrontado sistematicamente com as diversas implicações para a arquivologia daquilo que já se convencionou chamar de sociedade da informação. Nesse quadro histórico, é ressaltada a emergência de novas tecnologias da informação, de crescente uso social, produzindo novos paradigmas de processo decisório, poder central e local, registro e acesso à informação. (JARDIM, 1999, p. 32)

Nessa configuração, a interdisciplinaridade passou a ser reconhecida como um elemento indispensável à formação arquivística e considera as diversas facetas do objeto de estudo da área: a informação. Esse olhar multifacetado para o fenômeno arquivístico segue os

---

<sup>4</sup> Categoria utilizada por Habermas para definir a sociedade moderna, voltada à compreensão das intersubjetividades dos sujeitos inseridos em situações concretas da vida, em paralelo ao ‘mundo sistêmico’, que é regido pela razão instrumental e reúne os subsistemas político e econômico.

<sup>5</sup> Abordagem que, segundo Fonseca (2005), surgiu no Canadá, no início da década de 1990, em contraposição ao pensamento arquivístico custodial, que trata o documento como um bem cujo valor se limita a servir unicamente à cultura ou à história.

pressupostos do “pensamento complexo”, abordado por Morin (2005), que o define como a tentativa de prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. Não se trata de obter todas as informações sobre o objeto estudado, mas de considerar suas diversas dimensões.

Os desenvolvimentos próprios à nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade. Em consequência, a educação deve promover a ‘inteligência geral’ apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global. (MORIN, 2000, p. 38)

Ressalte-se, porém, que, apesar dessa resignificação, a formação em Arquivologia ainda tem algumas lacunas. Silva (2013) afirma que uma das problemáticas relacionadas à área é o fato de os profissionais serem orientados para o “saber-fazer”, de acordo com moldes imediatistas e pragmatistas, quando deveriam ser inspirados a trilhar caminhos mais reflexivo-investigativos.

Essa inquietação é compartilhada por Lopes (2013) que destaca o incômodo diante do perfil do arquivista clássico apático e conformista, burocrata e tecnicista e evidencia a necessidade de quebra de paradigmas. Em paralelo, o autor aponta como caminho a concepção do arquivista “hermeneuta”, ou seja, um profissional questionador e inquieto. É preciso considerar que a facilidade e rapidez de acesso à informação, características da sociedade em rede, ensejam uma atitude e conduta profissional de senso crítico e atualização constante do que Senge (2013) denomina “modelos mentais”, ou seja, os princípios norteadores de decisão.

Por outro lado, a Arquivologia, como campo do conhecimento, precisa ir além dos princípios e dos fundamentos já desenvolvidos e aglutinar perspectivas teóricas estruturadas que a façam conquistar um status de cientificidade, de acordo com as demandas e as características da área. Esse desafio só poderá ser superado quando, no âmbito da formação, a pesquisa e a criticidade forem consideradas como fundamentos imprescindíveis para o perfil do arquivista do Século XXI.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desafiada por uma realidade ambivalente e de estabelecimento de limites entre o agir técnico-instrumental, que tem direcionado a formação acadêmica e condutas profissionais, e a cultura científica, a Arquivologia encontra-se em uma perspectiva social e tecnológica evidenciada pelas demandas da “sociedade da informação”, que desdobra a emergência não só de construir perspectivas pedagógicas menos tradicionais, mas de outras formas de pensar e de intervir no campo.

Já foram alcançadas algumas conquistas relacionadas ao desenvolvimento de uma legislação que ampara as práticas arquivísticas, como, por exemplo, a Lei 8.159 de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e a Lei 12.527 de 2011, conhecida como Lei de acesso à informação, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e a partir da qual se descortinaram diversas exigências e fragilidades no cenário arquivístico contemporâneo. O Art. 3º, inciso III, por exemplo, prevê como diretriz da administração pública, a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação. Já o Art. 6º, inciso I, determina que “cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação”.

Embora esteja de acordo com as exigências próprias do cenário tecnológico da Sociedade da Informação, essa norma esbarra em várias dificuldades para ser aplicada, como a falta de estrutura, de orçamento e de pessoal especializado nas instituições públicas para criar plataformas de comunicação.

Assim, considerando que estamos na “era das redes sociais”, em que os usuários têm liberdade de se comunicar, os arquivos institucionais e os profissionais que atuam nesses espaços precisam adaptar os serviços, atualmente caracterizados por regras pré-estabelecidas e um forte vínculo com a prática da custódia documental, a novos paradigmas que exigem uma gestão da informação que considere a transparência e a necessidade de publicidade<sup>6</sup> para se pensar desde o acesso até o uso da informação.

No que concerne às políticas públicas e às entidades de classe voltadas para valorizar a área e seus profissionais, também há um longo caminho a percorrer. Uma demonstração dessa dificuldade está na nota divulgada em janeiro de 2016 pelo Fórum Nacional de Associação de Arquivologia do Brasil (FNArq), órgão que reúne associações de Arquivistas de todo o país, a qual contesta a decisão do Ministério da Justiça que destituiu do cargo de diretor geral do Arquivo Nacional um historiador e arquivista para nomear um político, ex-candidato a deputado federal e ex-secretário de cultura do Distrito Federal.

A medida governamental soma-se com outros problemas do Arquivo Nacional que são apontados no manifesto da FNArq, como a falta de concurso público para repor cargos e de um plano de carreira, a necessidade de reestruturar o órgão no âmbito administrativo, com a regionalização do Arquivo Nacional e a contribuição para a área cultural e a de pesquisa e produção de conhecimento, na perspectiva de interagir com as instituições de ensino e pesquisa.

A realidade vivenciada pelo Arquivo Nacional é um reflexo das dificuldades encontradas na gestão de políticas públicas voltadas para a arquivística no Brasil. Além da FNArq, outras entidades, como o Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivos (SINARQUIVO), a Associação dos Arquivistas Brasileiros e o Conselho Nacional de Arquivos atuam com o fim de adquirir mais representatividade, melhores condições para aplicar a legislação e uma gestão da informação condizente com a realidade socioinformacional da atualidade.

Nesse sentido, também é notável a necessidade de atualização da legislação que regulamenta a profissão de arquivista, visto que a norma em vigor data de 1978 e em 40 anos muitas transformações ocorreram em todas as esferas da sociedade, sobretudo na forma de registro, tratamento e disponibilização da informação. Por consequência, como superar a cultura do segredo e da custódia do documental quando os parâmetros legais que direcionam a atuação do arquivista não vislumbram a perspectiva do acesso?

Essas questões despontam, em parte, de uma carência relacionada à falta de bases que colaborem para fortalecer uma episteme que reforce os horizontes da Arquivologia como conhecimento científico transdisciplinar e autônomo.

Outrossim, é importante que a realidade do mundo da vida, (permeado pela informação e empoderamento dos sujeitos), seja refletida não só no conhecimento científico, mas, nas instâncias deliberativas que regem as práticas profissionais. A legislação deve acompanhar as transformações sociais que interferem na *práxis* do arquivista e ocorrem com frequência.

Se, nos dias atuais, a ciência e a técnica fazem parte de um mesmo processo criativo e inovador, podemos inferir que uma das principais características da sociedade tecnológico-informacional é a gestão das mudanças permanentes que se aventam na esteira da transição histórica que estamos vivendo. Isso implica dizer que modelos ortodoxos de pensamento e de

---

<sup>6</sup> Segundo Habermas (2003), no contexto da “esfera pública”, é uma função crítica, que consiste em tornar públicos os acontecimentos, para que a opinião pública exerça a democracia.

ação vão ceder espaço para a imaginação e que o conhecimento técnico, estático e mecanicista, fruto da sociedade pós-industrial, está profundamente abalado pelas turbulências da sociedade digital global. Porém, é preciso esclarecer que, se, de um lado, a Arquivologia precisa superar as “*turbulências*” que vivenciou ao longo do seu processo de consolidação e inovar por causa das exigências e das características das novas formas de saber, não podemos desconsiderar a importância dos pensamentos e das práticas desenvolvidos durante o paradigma custodial.

Vivenciamos uma era de superficialidade nas relações, nas práticas e nos pensamentos, em que se desconsidera o passado para traçar novos caminhos, e isso se reflete na construção do pensamento científico. No caso da Arquivologia, é evidente a necessidade de pensar fora da “*caixa empoeirada dos estoques de memória*”. Todavia, para edificar o futuro de um campo do saber, é necessário compreender as contribuições do passado, que formularam as bases que nos alicerçam para que possamos adquirir novos conhecimentos. Por outro lado, os conceitos que balizaram a construção do paradigma custodial, reinante por um longo período, transformaram-se ao longo do tempo. Isso acrescentou à formulação da epistemologia da ciência arquivística saberes e conceitos que provocaram essa mudança para o paradigma pós-custodial como um processo natural.

A cada dia, os arquivos permanentes cedem espaço para os repositórios digitais (bases de dados que reúnem documentação *online*), os usuários remotos são uma realidade nas instituições arquivísticas, e áreas como marketing e empreendedorismo se aproximam da Arquivologia para atender às demandas desse campo do conhecimento. Dessa forma, as mudanças paradigmáticas seguem o fluxo das transformações que a sociedade tem vivenciado. A discussão, atualmente, não deve estar relacionada às repercussões do paradigma pós-custodial para a área acadêmica e profissional, porquanto a mudança é inerente ao estado sociocultural, ao econômico e ao intelectual que vivenciamos cotidianamente, é inevitável e um processo que continua a ocorrer de forma acelerada.

Assim, o cerne da questão está bem mais relacionado ao que podemos fazer para acompanhar os novos paradigmas que estão sendo delineados e como os cursos de formação profissional e os arquivos de instituições públicas e privadas e organizações do terceiro setor podem acompanhar o ritmo dessas mudanças.

## REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei de acesso à informação**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12527-18-novembro-2011-611802-publicacaooriginal-134287-pl.html>>. Acesso em 23 abril 2016.

BRASIL. Ministério de Justiça e Segurança Pública. Conarq. **Cursos de Arquivologia no Brasil**. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/links-uteis/389-cursos-de-arquivologia-no-brasil.html>>. Acesso em: 30 set 2017.

BRASIL. LEIS E DECRETOS. **Lei nº 6.546, 04 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm)>. Acesso em: 7 mar 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CBO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 8 mar 2018.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, 2012.

COSTA, Alessandro Ferreira; LIMA, Eliane Bezerra. A representação do arquivista em obras de ficção: perspectivas do profissional sob o olhar do cinema e da televisão. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 1, p. 103-119, 2012.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FÓRUM NACIONAL DE ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL. **Manifesto do FNArq sobre o novo diretor e a situação do Arquivo Nacional**. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/ManifestosobreNovoDiretorDoArquivoNacional.pdf>>. Acesso em: 13 mar 2018.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

HABERMAS, Jürgen. A ideia de universidade: processos de aprendizagem. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 74, n. 176, p.111-130, jan./abr. 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría da Acción comunicativa I**: racionalidad de la acción y racionalización social. 3. ed. Madri: Taurus, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999.

KUHN, Thomas. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LIMA, Eliseu dos Santos; PEDRAZZI, Fernanda Kieling. Formação, atuação, regulamentação e associativismo profissional do arquivista brasileiro. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 28, n. 01, p. 27- 45, 2015.

LOPES, Luís Carlos. **A Nova Arquivística na Modernização Administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial/ Anabel Lee, 2013.

MEDEIROS, José Washington Morais; FIDELIS, Marli Batista. Cartadas do jogo informacional: a perspectiva dual da informação como matriz do mundo sistêmico e do mundo vivido. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 133-144, 2013. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/15798/9537>>. Acesso em: 13 mar 2018.

MORIN, Edgard. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

REIS, Luís. **O arquivo e arquivística evolução histórica**. *Biblios*. a. 7, n. 24, p.1-11, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>. Acesso em: 27 abril 2016.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Vanderlei B. A Teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10323>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **A Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SENGE, Peter. **A quinta disciplina: a arte e a prática da organização que aprende**. 29. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da et al. **A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000.

SILVA, Luiz Eduardo da. **Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da arquivologia e seu status de cientificidade**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2013.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

---

Artigo recebido em 13/03/2018 e aceito para publicação em 07/10/2018

---